



1 Ata da Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu

Data: 23/12/2024	Local Plataforma Virtual Jitsi Meet: https://meet.jit.si/CBHRioJucu
Início: 14:12	Término: 16:00
Ordem do dia (Pauta)	
<p>I. Abertura e verificação de quórum;</p> <p>II. Aprovação da Ata da reunião do dia 08 de outubro;</p> <p>III. Informes da Diretoria das tratativas junto a AGERH sobre os mecanismos para movimentação dos recursos da cobrança para aplicação nas ações do Plano de Bacia;</p> <p>IV. Desligamento da Associação Montanhas Capixabas por ausência na plenária;</p> <p>V. Pedido de vistas da FAMOPES;</p> <p>VI. Informes sobre o IV ECOB, Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo, realizado em 6 e 7/11/24;</p> <p>VII. Informes sobre reunião da Diretoria com LABGEST (UFES) em 19/11/24;</p> <p>VIII. Informações sobre a crise hídrica no ES e seus reflexos na bacia do rio Jucu;</p> <p>IX. Apresentação do balanço hídrico da bacia e proposta de atuação pela Agência Delegatária (AGERH)</p> <p>X. Assuntos Gerais.</p>	

2 Membros representantes do PODER PÚBLICO:

- 3 ➤ Bianca Campos Queiroz - Prefeitura Municipal de Cariacica (Presente)
- 4 ➤ George Hilton Venturim - Prefeitura Municipal de Domingos Martins (Presente)
- 5 ➤ José Adinan de Souza – IDAF – (Ausente)
- 6 ➤ Maurício Milanezzi Fernandes - Prefeitura Municipal de Vila Velha – (Ausente)
- 7 ➤ Murilo Tardin Alvez - Prefeitura Municipal de Guarapari (Ausente)
- 8 ➤ Paula Storani Zanotti - Prefeitura Municipal de Viana (Ausente)
- 9 ➤ Raoni Ludovino de Sá – Incaper (Presente)
- 10 ➤ Roberto da Costa Laperriere Júnior - Secretaria de Estado da Saúde (Ausente)
- 11 ➤ Suéli Huber Oliveira - Prefeitura Municipal de Marechal Floriano (Ausente)

12 Membros representantes dos USUÁRIOS

- 13 ➤ André Sefione Luduvico Krohling - Sindicato Rural de Marechal Floriano e Domingos
14 Martins (Ausente)
15 ➤ André Sefione Luiz Sefione – CESAN – (Presente)
16 ➤ Jândia dos Reis – Grupo Simec (Ausente)
17 ➤ Leonardo Pignaton Francisconi – Real Café (Ausente)
18 ➤ Maria Aparecida Vargas – Abragel (Ausente)

19 **Membros representantes da SOCIEDADE CIVIL:**

- 20 ➤ Élio de Castro Paulino - Sociedade Sinhá Laurinha – Vice Presidente (Presente)
21 ➤ Mario Cesar do Nascimento Moreira – FAMOPES – (Ausente)
22 ➤ Nelson Mayer - Instituto Kautsky (Ausente)

23 **Representante INSTITUCIONAL**

- 24 ➤ Aline Keller Serau – Agerh (Presente)
25 ➤ Nicolly Pereira Fidelis - apoio administrativo (AGERH)

26 **CONVIDADOS**

- 27 ➤ Pedro de Miranda Ramos (Presente)
28 ➤ Antônio Oliveira Jr. (Presente)

29 Reunião ordinária realizada aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte
30 e quatro, às quartoze horas e doze minutos. A reunião foi realizada usando o aplicativo
31 Jitsi Meet, com o link : <https://youtube.com/live/okRRc0am3gU> . O Presidente, George
32 Hilton Venturim, deu início à reunião cumprimentando a todos e, em seguida, procedeu
33 à leitura do item **I. Abertura e Verificação de Quórum**; George Venturim informou que,
34 após a leitura da pauta, foi verificado que não havia quórum suficiente. No entanto,
35 esclareceu que a reunião poderia prosseguir com qualquer quórum, visto que a pauta era
36 basicamente informativa, e não havia necessidade de deliberação ou votação. Assim, a
37 reunião seguiu conforme o quórum presente. Antes de passar ao segundo item da pauta,
38 a conexão de internet do George foi interrompida, e, infelizmente, ele não conseguiu
39 retornar para dar continuidade. Na sequência, Élio de Castro Paulino consultou André
40 Sefione (Secretário Executivo) sobre a possibilidade de dar continuidade à reunião sem a
41 presença do presidente George Venturim. André Sefione, mediante mensagem via
42 whatsapp do presidente solicitando a continuidade da reunião até que sua conexão fosse
43 reestabelecida, Élio de Castro Paulino prosseguiu com o item **II. Aprovação da Ata da**

44 **reunião realizada no dia 8 de outubro de 2024;** como não havia quórum suficiente para
45 a aprovação da ata, foi decidido avançar para o item III. O item **III** abordou os **Informes**
46 **da Diretoria sobre as tratativas com a AGERH sobre os mecanismos para movimentação**
47 **dos recursos da cobrança para aplicação nas ações do Plano de Bacia;** Durante a
48 discussão, houve divergências entre os membros presentes, e como não houve consenso,
49 ficou decidido que esse ponto seria reavaliado na próxima reunião, com a presença do
50 presidente do comitê. Na sequência, o Élio de Castro Paulino abordou o item **IV.**
51 **Desligamento da Associação Montanhas Capixabas por ausência na plenária;** concedeu
52 a palavra ao secretário executivo, André Sefione, que informou que há pelo menos 2 anos
53 a Associação Montanhas Capixabas não participa das reuniões do comitê, sendo,
54 portanto, considerada desligada. André Sefione explicou que, embora tivessem
55 respondido a um e-mail no primeiro semestre, informando a substituição do
56 representante Sérgio Dias por uma nova pessoa (não identificada), essa nova
57 representante nunca apareceu para as reuniões, e os contatos não foram respondidos.
58 André Sefione sugeriu que o desligamento da associação fosse formalizado para que a
59 vaga pudesse ser aberta à sociedade civil e para que o comitê pudesse trabalhar com
60 quórum efetivo. Após consulta aos membros, não houve manifestações contrárias, e
61 todos concordaram com o desligamento formal da associação. Élio de Castro Paulino
62 então passou para o item **V. Pedido de vistas da FAMOPES;** Ele informou que o pedido
63 de vistas não foi apresentado e deu a palavra ao André Sefione para comentar sobre o
64 assunto. André Sefione explicou que o presidente George Venturim o havia informado
65 sobre o pedido de vistas feito pela FAMOPES, relacionado à solicitação da SOS Juntos para
66 que o comitê aderisse ao processo que haviam aberto no Ministério Público. No entanto,
67 o pedido de vistas ainda não havia sido formalizado. André Sefione sugeriu que, na
68 próxima reunião, fosse tomada uma decisão sobre o pedido de vistas, uma vez que isso
69 necessitaria de votação. Élio de Castro Paulino fez uma observação sobre o regimento
70 interno do comitê, destacando o artigo 11, que trata da competência do presidente para
71 aceitar um pedido de vistas e fixar o prazo para sua concessão, bem como as
72 consequências para o conselheiro que não apresentar seu parecer no prazo estipulado.
73 Além disso, Élio de Castro Paulino informou que, a pedido do presidente George

74 Venturim, ele prepararia uma minuta para inclusão dessas disposições no regimento
75 interno, a fim de que a questão pudesse ser debatida oportunamente. Em seguida, André
76 Sefione comentou que, conforme o regimento, a discussão de um pedido de vistas na
77 reunião subsequente é obrigatória. Ele sugeriu que, na próxima reunião, fosse feita uma
78 deliberação sobre a questão. O item **VI. Informes sobre o VI. ECOB, Encontro Estadual de**
79 **Comitês de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo, realizado em 6 e 7 de novembro de**
80 **2024**; Élio de Castro Paulino relatou que o evento foi um sucesso, com discussões de alto
81 nível, e que o presidente George Venturim o havia solicitado para representá-lo na
82 ocasião. Durante o evento, foi discutida a questão da cobrança, e Élio de Castro Paulino
83 teve a oportunidade de expor o processo de construção da cobrança, incluindo os
84 mecanismos de valores. No final do evento, foi abordado o termo de compromisso
85 ambiental já assinado pelo Ministério Público do Estado e pelo Governo. Élio de Castro
86 Paulino manifestou-se contra a parte do documento que tratava da implantação da
87 cobrança, pois, segundo ele, essa competência não cabe ao estado, mas sim ao comitê.
88 André Sefione também fez um comentário sobre o evento, destacando que a discussão
89 foi de alto nível, embora o evento tenha contado com um público reduzido. Ele lamentou
90 que mais pessoas dos comitês de bacia do Estado não tenham participado desse
91 importante troca de ideias. O item **VII. "Informes sobre a reunião da Diretoria com o**
92 **LABGEST (UFES) em 19/11/ 2024;"** O Élio de Castro Paulino concedeu a palavra a André
93 Sefione, que informou que o professor Edmilson Teixeira, da UFES, membro do LABGEST,
94 entrou em contato com a diretoria do Comitê e os convidou para uma conversa sobre a
95 aplicação de ferramentas desenvolvidas pelo LABGEST em bacias hidrográficas. A Bacia
96 do Rio Jucu foi sugerida para aplicar essas ferramentas, e a reunião teve como objetivo
97 avaliar o interesse do comitê em reatar a parceria. A reunião foi produtiva, com a
98 apresentação de uma ferramenta desenvolvida por alunos de mestrado para análise do
99 estresse hídrico, a qual poderia ser utilizada na Bacia do Jucu. Élio de Castro Paulino
100 apoiou a proposta. Não houve nenhuma manifestação contrária dos membros presentes.
101 Nesse momento o presidente George Venturim, teve sua conexão reestabelecida e
102 retomou a condução da reunião. O item **VIII. Informação sobre a crise hídrica no Espírito**
103 **Santo e seus reflexos na Bacia do Rio Jucu;** George Venturim iniciou com uma breve

104 introdução, destacando as resoluções emitidas pela AGERH sobre a situação hídrica.
105 Antônio Oliveira Jr, da AGERH, fez uma apresentação detalhada sobre a situação hídrica
106 no estado, abordando as medidas tomadas para enfrentar a crise, como a declaração do
107 estado de atenção e alerta, e a posterior revogação dessas declarações quando a situação
108 se estabilizou. A apresentação foi seguida por um breve debate, mas não houve
109 manifestações de dúvidas por parte dos membros presentes. O item **IX. Apresentação do**
110 **balanço hídrico da Bacia e proposta de atuação pela Agência Delegatária (AGERH)**;
111 Pedro Ramos da AGERH, apresentou o balanço hídrico da Bacia do Rio Jucu, informando
112 que a AGERH havia recebido questionamentos da Promotoria de Domingos Martins sobre
113 o andamento das outorgas e do cadastro de usuários de água na bacia no âmbito da Ação
114 Civil Pública. Ele explicou que a outorga da Bacia do Rio Jucu havia sido suspensa devido
115 ao desequilíbrio no balanço hídrico, e que uma nova proposta estava sendo encaminhada
116 ao Ministério Público com o objetivo de estabelecer uma outorga baseada no
117 monitoramento hidrológico, visando garantir a vazão remanescente. A apresentação
118 também abordou o histórico do cadastro de usuários, iniciado em 2006. Em seguida,
119 Pedro Ramos informou que a proposta seria apresentada aos membros do Comitê, e que
120 seria realizada uma capacitação em Domingos Martins para fomentar o cadastro online.
121 Informou ainda que já havia sido agendada uma reunião com a CESAN para avaliar a
122 possibilidade de reduzir temporariamente a outorga da empresa, uma vez que, conforme
123 avaliação da DAUR (Declaração Anual de Uso dos Recursos Hídricos) , a CESAN não utiliza
124 toda a vazão outorgada, o que permitiria à AGERH conceder a outorga para Domingos
125 Martins. Pedro Ramos também comunicou que, em um segundo momento, seria
126 instalada uma estação hidrometeorológica no Rio Jucu Braço Sul, visando o cumprimento
127 da deliberação do artigo primeiro, inciso 4, que trata das vazões remanescentes. Seria
128 verificado se a vazão definida de 60% estava sendo atendida; caso contrário, um
129 protocolo de alerta seria ativado, conforme as resoluções da AGERH. Após a conclusão
130 das obras e o enchimento da barragem do Imigrantes, no rio Jucu Braço Norte,
131 juntamente com a instalação da estação hidrometeorológica, a AGERH daria início ao
132 protocolo de monitoramento e estabeleceria a situação de alerta para toda a bacia, em
133 conformidade com a deliberação do Rio Jucu, especialmente o artigo segundo, que trata

134 do racionamento. Como sugestão, e considerando a participação do Comitê, a AGERH ou
135 o CBH Jucu poderiam deflagrar a situação de alerta (crise hídrica), de acordo com as
136 condições hidrológicas da bacia. O protocolo de alerta determinaria as responsabilidades,
137 incluindo a AGERH, que publicaria resoluções, intensificaria a fiscalização e comunicaria
138 os setores de usuários sobre a situação de crise. O CBH Jucu, por sua vez, seria responsável
139 por comunicar a base de representação dos setores de usuários, publicando deliberações
140 sobre os usos prioritários, caso necessário, além de deliberações sobre a crise e o alerta.
141 A CESAN teria a responsabilidade de informar os municípios e clientes sobre uma eventual
142 crise hídrica, e, em última instância, iniciar o racionamento. A proposta visaria a operação
143 da barragem para garantir a vazão remanescente de 50% na foz do Rio Jucu, com a
144 possibilidade de monitoramento por meio das estações na foz, que é onde se encontra o
145 maior problema. Após a apresentação, o Pedro Ramos abriu a palavra para perguntas,
146 caso algum membro tivesse dúvidas. Élio de Castro Paulino agradeceu a apresentação de
147 Pedro Ramos e fez um comentário sobre a relevância do assunto, destacando que, na sua
148 opinião, o tema é de grande importância e não deveria ser tratado por apenas cinco
149 pessoas presentes na plenária do Comitê. Informou que o assunto deveria ser
150 considerado prioritário e discutido no ambiente de plenária com o quórum adequado.
151 Abriu a palavra para eventuais observações dos membros. André Sefione considerou a
152 proposta apresentada por Pedro Ramos, bastante interessante, mas fez uma observação
153 a respeito do Comitê deflagrar a situação de alerta. Entende que essa responsabilidade
154 não cabe ao Comitê, pois tecnicamente não possui a capacidade para tal ação, e não seria
155 sua função decidir nesse sentido. Pedro Ramos esclareceu que a sugestão de envolver o
156 Comitê na decisão foi feita porque, frequentemente, a AGERH aguarda a CESAN informar
157 a falta de água. No entanto, quando isso ocorre, a vazão remanescente já está
158 comprometida e a qualidade da água prejudicada. André Sefione sugeriu que isso poderia
159 ser previamente definido no protocolo, com a vazão sendo monitorada, de modo que o
160 Comitê possa acompanhar os dados de vazão, como um ente fiscalizador do sistema.
161 Antônio Oliveira Jr. parabenizou Pedro Ramos pela apresentação e informou que foram
162 realizadas algumas conversas com a Gerência de Regulação da AGERH. Acredita que é
163 essencial haver uma integração efetiva e participação do Comitê, inspirada nos exemplos

164 de salas de crise, como a do São Francisco, onde o Comitê tem o poder de agir de ofício.
165 Considerou que a integração entre AGERH e o Comitê é fundamental para a definição das
166 diretrizes complementares e que o Comitê deve assumir a responsabilidade de monitorar
167 os dois braços do Rio Jucu, o Norte e o Sul. Destacou que a regulação das vazões
168 dependerá do monitoramento, e o Comitê, junto à AGERH, tem a atribuição de definir as
169 diretrizes e os critérios para a outorga, estabelecendo compromissos claros para o
170 protocolo de intenções. Não havendo mais questionamentos ou esclarecimentos, Élio de
171 Castro Paulino encerrou a reunião, informando que o Presidente George Venturim teve
172 novamente problemas com a conexão de internet durante a discussão desse último ponto
173 de pauta e, por isso, não pôde concluir a reunião. Encerrou a reunião às dezesseis horas.
174 Eu, Nicolly Pereira Fidelis, lavrei a presente ata em suporte à Secretaria Executiva do
175 Comitê.

176

177

178 George Hilton Venturim
179 Presidente
180

181

182

183 Élio Paulino de Castro
184 Vice Presidente
185

186

187

188 André Luiz Sefione
189 Secretário Executivo